

TERMO DE COMPROMISSO Nº 217/2022

Origem: Processo GAIA nº 10106202271291; AIA nº: 16045/D

O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina, com jurisdição em todo o território catarinense, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, sito a Av. Mauro Ramos, nº 428, Centro, Florianópolis (SC), neste ato representada pelo seu Autoridade Ambiental Fiscalizadora Lucimar Savaris, brasileira, casada, portadora do RG nº 1707510 SSP/SC e CPF/MF nº 518.083.589-53, residente e domiciliada no Município de Chapecó (SC) doravante denominado IMA e, de outro lado, **Maguh Indústria De Madeiras Ltda** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.902.185/0001-25, com residência na cidade de Mondaí, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO fundado nas cláusulas que seguem.

CONSIDERANDO a ação fiscalizatória ocorrida em 09/06/2022, que resultou no Auto de Infração número 16045-D, em face de Maguh Indústria De Madeiras Ltda, pelos seguintes fatos:

Descrição do AIA 16045-D: Impedir ou dificultar a regeneração natural em área considerada de preservação permanente (APP) no entorno de nascente mediante implantação de reflorestamento de culturas exóticas. Local: Imóvel 4417 / CRI Mondaí, SC. Área total de APP utilizada: 0,76 ha. Área não consolidada utilizada: 0,10 ha. Delimitação do local conforme planta georreferenciada em anexo.

CONSIDERANDO que foi apresentada pelo autuado, em 16/08/2022 sob protocolo SGP-e IMA ATA 612/2022, proposta para firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO;

CONSIDERANDO a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, uma das finalidades do Instituto do Meio Ambiente – IMA que buscam a compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico e, que o valor da multa pode ser convertido em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

CONSIDERANDO tratar-se o IMA de autarquia pública estadual, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que em caso de descumprimento do Compromisso de Ajustamento, pela compromissária, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações previstas no Termo;

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do IMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme previsto no art. § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e na Portaria Conjunta IMA/CPMA Nº 143/2019.

CONSIDERANDO QUE: na audiência de conciliação realizada em 16 de agosto de 2022, a administrada, : MAGUH INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA , representada por seu PREPOSTO RODRIGO NUNES CORREA, optou pela conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do Meio ambiente, através de Termo de Compromisso, conforme arts. 123 a 134 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019.

CONSIDERANDO QUE: o projeto apresentado pela Defesa Civil Santa Catarina que tem entre outras missões reduzir os riscos de desastres com produtos perigosos, bem como trabalha em ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, dos danos ambientais;

CONSIDERANDO QUE: o Projeto - PRAC/PP - Plano de Resposta e Ações Coordenadas com Produtos Perigosos abrange 42 Municípios, compreendendo neste momento as coordenadorias Regionais de Xanxerê (Ponte Serrada, Passos Maia, Vargeão, Faxinal dos Guedes, Xanxerê, Xaxim, Lajeado Grande, Marema, Entre Rios, Bom Jesus, Ouro Verde, Ipuauçu, Abelardo Luz, São Domingos, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e São Bernardino) e Regional de Chapecó (Serra Alta, Sul Brasil, Irati, Formosa do Sul, Santiago do Sul, Jardinópolis, Quilombo, Coronel Freitas, União do Oeste, Pinhalzinho, Águas Frias, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Arvoredo e Paial)

CONSIDERANDO QUE: Cabe aos órgãos responsáveis pelo controle, fiscalização e atendimento às emergências com produtos perigosos, estar cientes dos produtos transportados, conhecer as características e perigos desses produtos e principalmente, conhecer as regiões por onde passam tais produtos, para que possam atuar com eficácia na prevenção, preparação e resposta aos acidentes envolvendo produtos perigosos.

CONSIDERANDO QUE: Projeto - PRAC/PP - Plano de Resposta e Ações Coordenadas com Produtos Perigosos, tem por objetivo desenvolver uma estratégia de setorização de materiais e equipamentos, possibilitando assim uma pronta ação de mitigação dos efeitos danosos ao meio ambiente em decorrência de acidentes com produtos perigosos e prover um conjunto de diretrizes e informações para a adoção de procedimentos estruturados, entre as instituições competentes de modo a assegurar uma resposta rápida e eficiente no atendimento a esses eventos reduzindo ao máximo os danos ambientais.

CONSIDERANDO QUE. O Projeto - PRAC/PP - Plano de Resposta e Ações Coordenadas com Produtos Perigosos será executado pelo DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA, REGIONAL DE XANXERÊ, o qual apresentará a prestação de contas e relatório de abrangência do programa que será acompanhado pela gerencia da CODAM CRO.

CONSIDERANDO QUE: que o autuado aplicará um valor de R\$ 2000,00 (dois mil Reais), para aquisição de materiais e equipamentos listados no plano de trabalho item 4 (descrição de bens, serviços ou obras) , devendo o compromissário buscar junto a COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL DE XANXERÊ, orientações para a aquisição dos materiais listados.

CONSIDERANDO QUE: a lista de materiais bem como a relação de fornecedores estão descritos no plano de trabalho e que os valores e prazos para pagamento podem ser negociados diretamente com os fornecedores, e que somente serão aceitos materiais que atendam as especificações técnicas exigidas pela defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE o Administrado foi autuado por impedir a regeneração natural em área

de preservação permanente e que a Lei 12651/2012 prevê em seu “art. 7º A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.”

CONSIDERANDO QUE a Lei 12651/2012 define pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da lei 11326/06.

CONSIDERANDO QUE no Relatório de fiscalização consta que foi constatado que a APP (área de preservação permanente) utilizada totaliza o montante de 0,76 há, Todavia, conforme histórico de uso do solo observado mediante imagens de satélite (GE), entende-se pelo enquadramento desta área no Art. 61-A da Lei Federal 12.651/2012 (área consolidada:- Área total do imóvel: 29 há área total a ser reparada é de 0,10Ha. oito metros ao longo do curso d’água e 15 metros da nascente.

CONSIDERANDO QUE o decreto 6514/08 prevê em seu art. 141 que caberá conversão de multa para reparação de danos decorrentes das próprias infrações. Salientando-se que o projeto escolhido para a conversão da multa em serviços de preservação e melhoria da qualidade ambiental é distinto da recuperação obrigatória da área degradada.

CONSIDERANDO QUE na audiência de conciliação foi esclarecido ao Administrado da necessidade de reparação do Dano, mediante projeto a ser apresentado e licenciado pelo IMA para recuperação da área degradada

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Bem como a reparação dos danos causados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I – DO IMA:

- a) Orientar e supervisionar a execução da ação do objeto deste TERMO;
- b) Suspender a exigibilidade da multa aplicada com a assinatura deste Termo de Compromisso.

II – DA COMPROMISSÁRIA:

- a) A conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será realizada em conformidade com o art. 142-A, inciso II do Decreto Federal Nº 6.514/08;
- b) Em conformidade com o art. 140, inciso I a e III do Decreto Federal Nº 6.514/08, serão realizados os seguintes serviços: Apoio financeiro no Projeto - PRAC/PP - Plano de Resposta e Ações Coordenadas com Produtos Perigosos e aquisição de equipamentos e materiais para a

resposta aos desastre com produtos perigosos, bem como Aquisição de equipamentos para medição, aferição e monitoramento de áreas afetadas ou contaminadas com produtos perigosos.;

c) No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente os autos serão instruídos com comprovante de depósito integral em conta garantia em banco público, referente ao valor do projeto selecionado ou à respectiva cota-parte de projeto, nos termos definidos pelo órgão federal emissor da multa

d) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o dano ambiental decorrente da infração objeto do Auto de Infração Ambiental, conforme o caso, de acordo com o §1º do art. 143 do Decreto Federal Nº 6.514/08, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário;

e) A compromissária expressamente renuncia o direito de recorrer administrativamente, nos termos do §4º do art. 146 do Decreto Federal Nº 6.514/08 e art. 132, § 4º da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso.

f) A compromissaria se compromete a doar ao Projeto - PRAC/PP - Plano de Resposta e Ações Coordenadas com Produtos Perigosos o equivalente a R\$ 2000,00(dois mil Reais) . Salientando que as quantidades podem aumentar ou diminuir, dependendo do custo do material no momento da aquisição.

g) A compromissaria se compromete a doar ao Projeto - PRAC/PP - Plano de Resposta e Ações Coordenadas com Produtos Perigosos o valor de R\$ 2000,00(dois mil Reais), para aquisição de 01 Fotoionizador - Monitor Portátil para detecção de compostos orgânicos voláteis 1 a 20.000 PPM. Salientando que o referido material será adquirido em conjunto com outros administrados e sob orientação da coordenadoria de defesa civil.

h) A compromissaria se compromete buscar junto a Coordenadoria de defesa Civil de Xanxerê, LUCIANO PERI TELEFONE 49 991879986, as orientações e especificações técnicas dos matérias a serem adquiridos, devendo investir no mínimo o valor de R\$ 2000,00 (dois mil Reais).

i) A Compromissária se compromete ao final apresentar nota fiscal e/ou comprovante de pagamento e entrega dos materiais especificados, para a defesa Civil de Xanxerê , para que seja juntado ao processo.

J) Os compromissários se compromete a recuperar o dano ambiental decorrente da infração objeto do Auto de Infração Ambiental, conforme previsto nos art. 61-A da Lei 12651/2012 paragrafo 2º apresentando projeto junto ao SINFAT para análise e aprovação do IMA, no prazo de dez dias da assinatura do presente termo de compromisso.

l) A Execução integral do “Projeto de Recuperação de Área Degradada”, aprovado por este órgão ambiental, contemplando a recuperação total da área degradada conforme previsto na Lei 12651/2012 art. 61-A. Cumprindo todas as exigências e condicionantes da Licença que autoriza a execução do PRAD.

m) Manter a área de recuperação sem interferências, a não ser as medidas necessárias para a reparação do dano ambiental, permitindo além do crescimento das mudas plantadas a regeneração natural da vegetação nativa.

n) Apresentar, em 6 (seis) meses, da assinatura do presente termo, Relatório com

levantamento fotográfico, demonstrando o processo evolutivo da recuperação da área degradada.

o) Apresentar, em 01 (uma) ano, da assinatura do presente termo, Relatório Técnico com levantamento fotográfico, assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, comprovando a recuperação da área degradada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MULTA/CONVERSÃO

a) Após o deferimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, será aplicado ao valor da multa consolidada o desconto de 60% (sessenta por cento), em conformidade com a hipótese prevista no inciso II do art. 142-A do Decreto Federal Nº 6.514/08;

b) O valor resultante do desconto não poderá ser inferior ao valor mínimo legal aplicável à infração;

c) O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

a) No caso de rescisão, ou na hipótese do inadimplemento do pagamento da compensação ambiental, as licenças ambientais emitidas serão automaticamente suspensas;

b) Da inadimplência parcial ou total de alguma das cláusulas deste Termo de Compromisso será aplicado multa diária no valor de R\$ 250,00 incidente a partir do término do prazo assinado sem o devido cumprimento;

c) O Compromissário expressamente renuncia a defesa ou recurso administrativo em relação à compensação ambiental devida, bem como a interposição de medida ou ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente Termo de Compromisso, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente;

d) O IMA poderá suspender os efeitos do presente Termo de Compromisso em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial;

e) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes;

f) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

- a) O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 6 (seis) meses.
- b) Sob pena de ineficácia, a Compromissária deverá publicar no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente, Extrato, conforme modelo fornecido pelo IMA, às expensas da Compromissária.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

O IMA não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo compromissado.

Fica dispensada a publicação em diário Oficial do Estado nos termos do art . 120. inc. IX da Portaria conjunto IMA/CPMA 143/2019 por se tratar de infração de pequeno potencial ofensivo e de infrator de poucas condições econômicas, será feita a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 01 (uma) via. a qual após a assinatura será digitalizada e anexada ao processo, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Chapecó, 17 de novembro de 2022

Lucimar Savaris
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Maguh Indústria De Madeiras Ltda
CNPJ: 23.902.185/0001-25

Testemunha 01: _____
Nome:
RG:

Testemunha 02: _____
Nome:
RG:

Modelo de Publicação do Extrato do Termo de Compromisso no Diário Oficial do Estado

Extrato do Termo de Compromisso nº. 217/2022 - IMA Maguh Indústria De Madeiras Ltda, CNPJ: 23.902.185/0001-25, informa que celebrou Termo de Compromisso com o Instituto do Meio Ambiente – IMA, em 17 de novembro de 2022, tendo por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do disposto no artigo 140, inciso I a e III do Decreto Federal 6.514/08.